

## A PRODUÇÃO DE MERCADORIAS POR NÃO-MERCADORIA

Gabriel Kraychete\*

### Resumo

Neste texto, busca-se entender a economia solidária em sua relação com a economia dos setores populares, tomando-se por referência as formulações de Francisco de Oliveira sobre o significado do termo *trabalho* e a análise de Amartya Sen sobre comportamento econômico e auto-interesse. Num país como o Brasil, que nunca experimentou o *Welfare State* europeu e onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora das relações de emprego assalariado regular, a transformação qualitativa da economia dos setores populares representa uma iniciativa, ao lado de outras, no embate pela transformação do estatuto do trabalho, impondo direitos sociais como princípios reguladores da economia.

**Palavras-chave:** trabalho, mercadoria, economia solidária, economia dos setores populares.

### Abstract

This paper attempts to understand the notion of solidary economy with regard to the economy of working class sectors using as reference the formulations of Francisco de Oliveira on the meaning of the term *work* and the analysis of Amartya Sen on economic behaviour and self interest. This shows that in countries such as Brazil, where there has been no welfare state and where a great number of workers have never known fixed salaried jobs, the struggle to qualitatively transform the economy of working class sectors reveals, among other things, that there is a resistance to any reworking of labour laws, thus making social rights the regulatory principles of the economy.

**Keywords:** work, labour, commerce, solidary economy, working class economies.

---

\* Professor Titular da Universidade Católica do Salvador. Coordenador do Programa Economia Popular vinculado ao Núcleo de Estudos do Trabalho – UCSal. Assessor da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA)

Apesar de relativamente novo, o tema da Economia Solidária vem adquirindo uma importância crescente no âmbito dos movimentos sociais e motivando pesquisas e estudos comprometidos com o processo de transformação social. Apesar de tão "na moda" — e talvez por isso mesmo — o tema suscita várias controvérsias e indagações. A começar pelo próprio nome. Existe uma diversidade de denominações para, supostamente, o mesmo fenômeno. Fala-se em economia solidária, economia popular, economia popular e solidária e socioeconomia solidária. Em geral, essas denominações referem-se aos diferentes setores e formas de organização coletiva de trabalhadores, de geração de trabalho e renda, tendo, entre os seus traços característicos, a gestão autônoma, participativa e democrática, o compromisso com a auto-sustentabilidade e a busca do desenvolvimento humano integral. Estariam incluídas no campo da economia solidária iniciativas como as associações de produtores, cooperativas, empresas autogestionárias, associações de crédito, os clubes de trocas e o chamado comércio justo. Os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam as nossas utopias.

Neste texto, busco entender a economia solidária, num país como o Brasil, em sua relação com o que denomino de economia dos setores populares, tomando por referência as formulações de Francisco de Oliveira sobre o significado do termo *trabalho* e a análise de Amartya Sen sobre comportamento econômico e auto-interesse.

### **A mercantilização da vida**

Num seminário realizado na Universidade Católica do Salvador, referindo-se à crise e às utopias do trabalho, o professor Francisco de Oliveira inicia a sua conferência com a seguinte indagação: *Quem tem medo do trabalho?* (OLIVEIRA, 2000). Após apresentar o papel central do trabalho nas grandes utopias da modernidade e discorrer sobre a dialética do trabalho em Marx, o nosso professor sustenta que a conquista dos direitos sociais resultante do conflito de classes no Século XX significou a rejeição do estatuto de mercadoria da força de trabalho. O que hoje assistimos, com o ataque ao Estado de Bem-Estar, é o movimento de reversão de tal rejeição: nova etapa da dialética entre direito e mercadoria.

As lutas dos trabalhadores, recusando o estatuto de mercadoria da força de trabalho, operaram uma transformação no estatuto do trabalho, inscrevendo os direitos sociais no modo de produção do capital. A instituição dos gastos sociais como bens que não podem ser vendidos no mercado, obrigou o Estado a universalizar aquilo que estava estritamente ligado ao trabalho.

A formação das instituições do *Welfare State* significou que as práticas das relações sociais operaram no sentido de desmercantilizar parcialmente a força de trabalho, evidenciando a finitude da forma mercadoria especificamente concebida pelo capitalismo<sup>1</sup>. Ressignificando o que quer dizer *trabalho*, as organizações dos trabalhadores apontaram para um princípio da derrota da mercadoria: a construção de direitos sociais efetivos e universalizados. Não apenas no sentido de uma declaração de boas intenções, mas no de ensejar a implantação de um sistema de direitos e serviços de saúde, educação, previdência, etc., extensivos, indiscriminadamente, a toda a sociedade. Assim, além de produzir mercadorias, o trabalho passou também a garantir a geração de um espaço de construção de antimercadoria, pois um direito universal, assim como o ar, não pode ter vigência como uma mercadoria.

É sintomático que a crítica neoliberal incida precisamente contra aquele ponto que universaliza os direitos sociais. O ataque aos gastos sociais e ao Estado de Bem-Estar, atuando em sinergia com os processos advindos da base produtiva, cria novos procedimentos organizacionais do processo de trabalho, catalogados sob a etiqueta da flexibilização. A operação em curso tenta desvestir o trabalho do estatuto de antimercadoria que foi construído pelo conflito social — este é o desafio maior. “O que está em jogo é o que quer dizer *trabalho* do ponto de vista civilizatório, do ponto de vista da transformação” (OLIVEIRA, 2000, p.81). O discurso tão em moda da empregabilidade e do empreendedorismo possui a mesma lógica: caberia agora ao próprio trabalhador implantar o seu trabalho, tendo a si próprio como sua melhor mercadoria. Por esses caminhos, pretende-se retornar ao estágio em que o trabalho ficaria restrito à condição exclusiva de mercadoria e, como se sabe, a mercadoria não tem direitos.

Este é o embate que vivemos agora, em que se busca transformar tudo em mercadoria: o trabalho, a saúde, a previdência, a educação, a terra, a água, o meio-ambiente... A “mercantilização acelerada” de todas as esferas da vida significa “condicionar o acesso de todos os bens da vida ao impulso cego da acumulação de riqueza sob a forma monetária e abstrata, estreitando o espaço ocupado pelos critérios diretamente sociais, derivados do mundo das necessidades” (BELLUZZO, 2000).

É bom lembrar que a utopia do capital sempre foi de que a expansão dos mercados desregulados, por si só, promoveria o desenvolvimento e a riqueza entre as nações. E qual

---

<sup>1</sup> O central em Marx não é o trabalho, mas a sua transformação em mercadoria. A utopia do trabalho em Marx opera como uma negação dessa mercadoria especificamente constituída no capitalismo (OLIVEIRA, 2000).

foi o resultado desse modelo? Aumentou a polarização entre riqueza e pobreza, não apenas entre continentes, países e regiões, mas no âmbito interno de cada um desses continentes, países e regiões. Trata-se de um padrão de investimento e consumo que impõe estragos irreversíveis ao meio-ambiente e descarta, como supérflua, parcelas crescentes da população mundial.

### **Da pobreza sem capital ao capital com pobreza**

Numa conferência realizada no Museu de Arte de São Paulo, em agosto de 1995, o historiador Eric Hobsbawm (1995) indaga por que tão poucos eventos dramáticos da história do mundo nestes últimos 40 anos foram previstos ou mesmo esperados. Depois da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os economistas esperavam uma depressão e não os “trinta gloriosos anos” de grande crescimento. O que aconteceu foi, na maior parte das vezes, inesperado, provocando surpresas e decepções. Onde havia desemprego em massa no mundo desenvolvido na década de 1960? Nos “anos dourados” desse “curto século XX” parecia não haver abalos nas economias dos países do norte industrializado, que desfrutavam do pleno emprego com níveis de consumo e de renda real crescentes. A seguridade social garantia os rendimentos necessários aos então poucos desempregados.

A restauração liberal dos últimos 25 anos produziu uma violenta e veloz concentração de riqueza nas mãos de um reduzido número de capitais privados. As idéias de eficiência, competitividade e equilíbrios macroeconômicos substituíram o consenso keynesiano em torno do crescimento e do pleno emprego e passaram a ser os novos totens do pensamento político-econômico internacional (FIORI, 1997).

Nesta aurora do século XXI — diferentemente dos “anos dourados”, embalados pelo *Welfare State* no centro e pelo desenvolvimentismo em algumas periferias — o círculo virtuoso entre crescimento econômico e integração social foi desfeito. A economia já não cresce junto com a sociedade (emprego, segurança, renda e um mínimo de equidade) mas contra ela, destruindo e/ou precarizando os postos de trabalho, gerando insegurança, produzindo desigualdade e empobrecimento (RIFKIN, 1995). A tendência ao desemprego estrutural e as transformações na forma de trabalho que dominou o século XX — o trabalho assalariado organizado —, redefinindo as possibilidades de trabalho para milhões de pessoas, emergem como uma questão social premente. Ao contrário do que acalenta a utopia liberal, agora denominada de globalização, a identidade contraditória e excludente do capitalismo revela-se cada vez mais

parecida com o retrato que dela foi feito no século XIX pela “crítica da economia política” de Marx (FIORI, 1997).

No Brasil, a partir da década de 1990, a preocupação com o desenvolvimento foi substituída pela velha convicção de que o crescimento das regiões atrasadas exigia a adesão ao livre-comércio e a estabilização dos preços pela via dos mercados desregulados, globalizados e competitivos. Nesse projeto econômico fica implícito que não há lugar para todos. Uma década depois de iniciado o desmonte do desenvolvimentismo, o balanço — considerando os efeitos para a vida cotidiana da população — é claro e pouco promissor<sup>2</sup>.

O Brasil nunca conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais (superiores a 90%) nem, tampouco, experimentou a rede de proteção social típica ao *Welfare State*. Aqui, o emprego regular assalariado nunca foi uma perspectiva realista para um grande contingente de trabalhadores e, nos tempos que correm, torna-se uma possibilidade cada vez mais remota. Às pessoas que sempre viveram de ocupações fora do mercado regular assalariado soma-se um novo contingente, composto pelos trabalhadores expulsos do emprego e pelas pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano. Diferentemente do que ocorreu durante o período desenvolvimentista, a força de trabalho no Brasil está se deslocando do pólo dinâmico e moderno para outras formas de inserção, precarizadas e que trazem menores rendimentos ou, então, simplesmente, para o desemprego aberto.

O aumento do desemprego e do tempo médio em que o trabalhador permanece desempregado, somado ao desassalariamento e ao crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria, empurra parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações, colocando novos problemas para um mercado de trabalho historicamente desigual e excludente. Parece que os donos do poder desistiram de integrar parcelas crescentes da população seja à produção, seja à cidadania. Como indica Francisco de Oliveira, não se trata de uma irrealizável exclusão do mercado, porque dele, em alguma medida, ninguém escapa, mas de uma negação e de uma exclusão do campo de direitos.

No Brasil, até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza, sobretudo a pobreza urbana, como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento industrial. Desse ponto de vista, não haveria razão para se perder tempo discutindo-se a

---

<sup>2</sup> A Argentina transformou-se num emblema e num alerta para todo o continente. Mas a atual crise argentina mostra que o risco não é ficarmos em situação semelhante. Ao contrário: é a Argentina que experimenta agora, perplexa, uma inusitada situação de pobreza, miséria e violência com a qual já estamos “acostumados” há muito tempo.

situação das pessoas não-integradas ao mercado formal de trabalho. Conforme essa visão, o futuro era o capital e todos cresceríamos juntos.

Do ponto de vista da esquerda, também não havia razões para se ocupar com as pessoas não integradas às relações de trabalho tipicamente capitalistas. O futuro era o socialismo e o que contava era a luta sindical. Hoje, cresce implacavelmente o número de trabalhadores que não são nem mesmo passíveis de sindicalização. Nesses termos, parece que, dentre as esperanças do desenvolvimento capitalista e da revolução socialista, sobrou um contingente de trabalhadores num “circuito inferior da economia” (SANTOS, 1978), que ficou como um elo perdido.

Trata-se, portanto, de modalidades de trabalho que permaneceram no limbo das relações sociais. Antes, porque ainda não haviam sido integradas à expansão das relações de assalariamento e, agora, porque tendem a crescer com a própria expansão dos setores modernos. Por sua magnitude e caráter estrutural, o crescimento dessas formas de trabalho já não pode ser explicado como um fenômeno residual, transitório ou conjuntural. Em outras palavras, não se trata de um contingente que, algum dia, será engatado ao processo de crescimento proporcionado pelos investimentos no setor moderno, mas da presença de um futuro a ser recriado em escala ampliada.

Face às possibilidades cada vez mais distantes do emprego regular assalariado, uma certa visão, compatível com a crença ultraliberal, propõe aos desgarrados do mercado formal de trabalho que adquiram uma tal de “empregabilidade”; que montem os seus próprios empreendimentos, transformando-se em empresários de si mesmos.

Contrastando com o discurso do empreendedorismo, os dados preliminares da pesquisa que realizamos na Península de Itapagipe<sup>3</sup> sobre o trabalho por conta própria revela uma realidade marcada pela precariedade. Ao invés de um espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores como alternativa ao emprego regular, as atividades características do trabalho por conta própria aí encontradas, tais como existem hoje, são o lugar onde, mal e precariamente, vai ocorrendo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos formais de trabalho. Configura-se um circuito de pobre trabalhando para pobre, em que 47% possuem

---

<sup>3</sup> Pesquisa sobre os empreendimentos econômicos populares, realizada em março de 2001, nos bairros mais densamente povoados da Península de Itapagipe, em Salvador. A pesquisa foi promovida pela Comissão de Articulação dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMPI), em parceria com a Universidade Católica do Salvador e com a Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA), contando com apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE).

uma renda mensal de, no máximo, até R\$100,00. Em termos objetivos, a condição da sobrevivência dessas pessoas é a deterioração da sua qualidade de vida.

O desemprego foi o principal motivo para os entrevistados trabalharem por conta própria (mais de 56%). Entretanto, quando indagados sobre os seus planos para o futuro, quase 37% responderam que pretendem ampliar o negócio e, 18%, que pretendem permanecer como estão. Ou seja, entre o drama do desemprego e os planos para o futuro as pessoas acalentam o sonho de ampliação do próprio negócio. Planos de quem sabe, porque sente isso na luta cotidiana pela vida, que são cada vez mais fugidias as esperanças de um emprego regular assalariado.

Num país como o Brasil, é preciso indagar sobre a situação de milhões de pessoas que vivem do trabalho realizado de forma individual ou familiar. Se o discurso fantasioso da empregabilidade está descartado, o futuro dessas pessoas, agora, seria a economia solidária? Qual a interação entre a realidade do trabalho dessas pessoas e a luta histórica dos trabalhadores pela transformação do estatuto do trabalho? Qual o significado dos empreendimentos associativos e dos princípios que compõem a economia solidária? Devem ser entendidos como um fim ou como um meio da prática social transformadora?

Sobre essas questões, penso que pode ser útil situar o entendimento da economia solidária em sua relação com o que denomino de economia dos setores populares.

### **Economia dos setores populares**

Designo por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empresas autogestionárias, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de microcrédito, fundos rotativos, clubes de troca, etc. Essa designação, portanto, pretende expressar um conjunto de atividades heterogêneas, sem idealizar, *a priori*, os diferentes valores e práticas que lhe são concernentes. Não se pode dizer que esse mundo da economia dos setores populares seja, em si mesmo, um mundo de valores positivos, o mundo da

solidariedade. Não, ele não é assim, mesmo porque, em parte, é resultado de uma subordinação cultural, desenvolvendo-se no interior do sistema capitalista.

Como entender a racionalidade dessa economia dos setores populares? Um artesão, uma mulher que vende alimentos ou os integrantes de uma associação ou cooperativa estão em pleno mundo do mercado, das trocas e do cálculo econômico, por mais simples e modestos que sejam esses cálculos. Mas, conforme Braudel (1985; 1996), *economia de mercado* e capitalismo não são a mesma coisa<sup>4</sup>. Sem o mercado — esse lugar das trocas dos resultados dos trabalhos humanos — não haveria economia no sentido corrente da palavra, mas uma vida fechada na auto-suficiência. Nesses termos, pode-se dizer que a economia dos setores populares situa-se nos interstícios dessa *economia de mercado*, envolvendo um conjunto de atividades que ocorre como uma iniciativa direta da população tendo em vista a sua reprodução, independentemente do seu caráter de força de trabalho para o capital (CORAGGIO, 1994). Ou seja, as condições de trabalho necessárias à reprodução da vida de parcelas crescentes da população não vêm sendo proporcionadas nem pelo mercado capitalista de trabalho nem pelas cada vez mais restritas ações compensatórias do Estado.

Diferentemente da empresa capitalista, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da “reprodução da vida da unidade familiar” (CORAGGIO, 1998). Ao contrário das empresas que — na busca do lucro, da competitividade e da produtividade — dispensam mão-de-obra, os “empreendimentos populares” não podem dispensar os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno.

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvida como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento.

O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação do capital, assume um outro significado para os empreendimentos populares. No caso dos empreendimentos populares, é impossível separar as atividades de produção e

---

<sup>4</sup>Para Braudel, o mercado não seria o signo do capitalismo. O verdadeiro lar do capitalismo residiria numa camada superior da hierarquia do mundo dos negócios. Como indica Wallerstein (1987), Braudel reformula a relação entre mercado e monopólio, atribuindo ao monopólio o papel de elemento-chave do sistema capitalista. O que caracterizaria o jogo superior da economia seria a possibilidade do capital transitar de um monopólio para outro.



comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar dessas pessoas. Ou seja, há uma “solidariedade”, que seria irracional do ponto de vista da empresa, mas que tem efetivo sentido do ponto de vista da reprodução da vida daquela unidade familiar.

Atualmente, esta economia dos setores populares — seja sob a forma do trabalho individual ou familiar, seja através das diferentes modalidades de trabalho associativo — existe apenas de forma dispersa e fragmentada. Em seu conjunto, ela é marcada pela precariedade: trabalho precário, moradia precária, consumo precário... Sobretudo quando observamos o trabalho por conta própria nos espaços urbanos.

Nas cidades, os empreendimentos associativos enfrentam condições bem mais adversas para se desenvolver. Entretanto, seja no meio urbano ou rural, é comum a situação em que os empreendimentos associativos apresentam viabilidade do ponto de vista estritamente econômico, mas se deparam com dificuldades irreversíveis porque as questões associativas não foram devidamente equacionadas. E o grande desafio enfrentado pelos grupos populares que se dedicam a alguma atividade econômica é exatamente essa busca da eficiência através de processos democráticos e solidários.

Em outras palavras, os empreendimentos associativos, quando observados de perto, quase sempre apresentam grandes dificuldades e fragilidades. Muitas vezes a sua existência depende da presença ou do apoio de uma única pessoa ou instituição, o que leva ao risco de recriar, no interior do grupo, relações que reforcem antigos e novos laços de dependência. Mas em outras circunstâncias lamenta-se exatamente a ausência de alguma pessoa ou instituição que auxilie no atendimento de alguma necessidade básica, difícil de ser encaminhada pelo grupo sozinho. E não poderia ser de outra forma: uma mudança de qualidade da economia dos setores populares depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento. Essa transformação transcende os aspectos estritamente econômicos, requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais, etc.

Entretanto, apesar de toda a fragilidade, apesar de toda a precariedade, e para além das utopias, imprecisões e debates conceituais, essa economia dos setores populares vem garantindo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população. Num país como o Brasil, que nunca experimentou o *Welfare State* europeu e onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora do emprego regular, a luta por uma transformação

qualitativa da economia dos setores populares<sup>5</sup> inscreve-se no embate mais amplo pela transformação do trabalho: do estatuto de carência para o estatuto político de produtor e produto da cidadania. Representa, portanto, uma forma de resistência, ao lado de outras, no itinerário pela desmercantilização da força de trabalho. Nesses termos, a mudança de qualidade dessa economia dos setores populares aponta para a produção de mercadorias pelo trabalho que não se reduz à “penosidade da existência” (BOAVENTURA, 1999), mas que se realiza como uma “não-mercadoria” (OLIVEIRA, 2000)

Penso que é no âmbito desse conjunto maior que também é possível antever, num país como o Brasil, as potencialidades transformadoras dos empreendimentos associativos e as expectativas em relação à economia solidária, não como um fim em si mesmo, mas convergindo com outras iniciativas, antigas e novas, suscitadas pela prática social transformadora.

Mas ainda resta uma questão: é possível juntar economia com solidariedade? A opinião corrente é que essa seria uma tentativa de juntar coisas que se repelem, que se opõem. A economia seria o mundo da competição, da concorrência e da guerra de todos contra todos. O comportamento econômico e racional seria aquele movido pelo egoísmo, pelo auto-interesse. Um trecho de Adam Smith, citado à exaustão, reflete esta crença da economia tradicional:

Não é da benevolência do padeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade mas ao seu auto-interesse, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1983, p.50).

Sen (1999) , ganhador do Prêmio Nobel de Economia, critica o que seria uma interpretação errônea de Smith, observando que comentários desse autor sobre a miséria e o papel das considerações éticas no comportamento humano, contidas em outras partes dos seus escritos, foram relegadas ao esquecimento à medida que a própria consideração da ética caiu em desuso na economia. Amartya Sen lembra ainda que o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações e não apenas pelo egoísmo ou auto-interesse<sup>6</sup>: “o egoísmo universal como uma *realidade* pode muito bem ser falso, mas o egoísmo universal como um requisito da *racionalidade* é patentemente um absurdo” (SEN, 1999, p.32). Amartya Sen aponta essa visão estreita sobre os seres humanos como uma das principais deficiências da

<sup>5</sup> Ou a transição para o que Coraggio denomina de “economia do trabalho” (CORAGGIO, 2000).

<sup>6</sup> Amartya Sen (2000) afirma a importância dos empreendimentos econômicos associativos como fator de mudanças sociais, não apenas em termos de benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas.

teoria econômica contemporânea, um empobrecimento que demonstra o quanto a economia moderna se distanciou da ética.

Talvez o restabelecimento dessa junção permita vislumbrar novas perspectivas teóricas e práticas concernentes à economia dos setores populares e instigue uma redescoberta cidadã do trabalho. Neste passo, entretanto, convém observar que o pensamento conservador já começa a incorporar e a retraduzir o discurso da economia solidária, transformando-o numa miragem: enquanto o capital desfruta da complacência, auxílio e liberalidades do Estado, as chamadas políticas de combate à pobreza já começam a embalar, com o novo “selo da solidariedade”, as conhecidas medidas acessórias destinadas a aliviar, pontual e residualmente, os efeitos dos mecanismos geradores da miséria. Em outras palavras, conferem-se ao capital a posse e o gozo dos recursos públicos, mantém-se inalterada a regressividade do sistema tributário, subtraem-se do trabalho os direitos sociais — reduzindo a força de trabalho à condição de uma mercadoria como outra qualquer — e reservam-se as sobras do banquete para mitigar a pobreza... solidariamente. E dessa forma, como num passe de mágica, somos todos solidários, sem conflitos e tensões sociais e, se Deus quiser, até mesmo sem classes sociais.

Dito isto, deve estar claro que não se trata de conceber ações e políticas públicas direcionadas à economia dos setores populares como coisa feita para pobre, pequenininha, precária ou compensatória, mas como transformações que pressupõem uma luta cultural, em que a sociedade imponha direitos sociais como princípios reguladores da economia<sup>7</sup>. A cultura é aqui entendida não como o mundo da leitura, das idéias, das letras ou das artes, mas como aquilo que deve ser repostado, dia a dia: a sustentação da vida, a decifração do mundo e as relações sociais. Em outras palavras, significa dizer: o trabalho, o conhecimento, a cidadania, que devem ser vividos, recriados e repostos a cada dia (LARA, 2000). Nesse sentido, quando se fala em luta cultural, não há como fazê-lo sem que se abarque o econômico e o político — e é nesse embate que se situam as possibilidades e os desafios da economia dos setores populares.

---

<sup>7</sup> Ou seja, se depender da suave benevolência que reconforta e adocica as ações das nossas elites, essa economia dos setores populares estará inapelavelmente condenada, desde hoje e para sempre, a viver nas franjas do sistema.

## Referências bibliográficas

- BELLUZZO, L. *Imperialismo e cosmopolitismo*, São Paulo: Fundação SEADE, 2000. Disponível em: <[www://forunsocialmundial.org.br](http://www.forunsocialmundial.org.br)>. Acesso em: 26/01/2001.
- BOAVENTURA, S. Reinventar a democracia: entre o pré e pós-contratualismo. In: Heller, A. (et al. ). *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- BRAUDEL, F. *Os Jogos das trocas*. Lisboa-Rio de Janeiro: Cosmos, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CORAGGIO, J. Economia popular e construção da cidade. *Revista Proposta*, n. 62, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Economia urbana. La perspectiva popular*. Quito: ILDES. FLACSO, 1998.
- \_\_\_\_\_. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- FIORI, J. Aos condenados da terra, o equilíbrio fiscal. In: FIORI, J. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GAIGER, L. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- GAIGER, L. (sd) *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 13/05/2002
- HOBSBAWM, E. O presente como história: escrever sobre a história do seu próprio tempo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 43, 1995.
- KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- LARA, F.(2000). Economia solidária: retomando uma discussão. Palestra realizada no Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS, Rio de Janeiro, 30/11/2000 (mimeo).
- OLIVEIRA, F. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos. O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, M. *Pobreza urbana*. São Paulo, Paulo, Recife: Hucitec, 1978.

SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil*. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WALLERSTEIN, I. O capitalismo, inimigo do Estado? In: PAQUET, M. (Org.). *Fernand Braudel e a história*. Lisboa: Teorema, 1987.